

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 15

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria por invalidez depende da perícia médica..... 3

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como fica o consignado do INSS..... 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A PEC dos Precatórios avança (Artigo)..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Governo estima Auxílio Brasil médio de R\$ 415 e ignora reajuste de servidor..... 6

A GAZETA - MT - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Calote na população deve ser aprovado (Artigo)..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fatiamento da PEC foi frustrante..... 8

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

'Que seja de 1%', diz Bolsonaro sobre reajuste para servidores..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração da folha por mais 2 anos vai para sanção..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração da folha ganha sobrevida..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alta dos juros deve conter a inflação no próximo ano, mas país pode viver recessão
..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Decreto do governo sobre orçamento secreto permite sigilo de beneficiados..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Luís Roberto Barroso, presidente do TSE..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Senado tira do teto de estados despesas com emendas..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Sem leniência (Editorial)..... 21

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Aumento da Selic afeta FGTS, poupança e financiamento 22

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Inflação com juros (Editorial) 23

Aposentadoria por invalidez depende da perícia médica

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) concede a aposentadoria por invalidez, que atualmente é chamada de aposentadoria por incapacidade permanente.

O benefício é disponibilizado ao segurado que contraiu algum tipo de doença ou se estiver incapacitado de exercer suas atividades laborais. Os trabalhadores precisam estar atentos para saber quais doenças garantem esse tipo de pagamento.

A Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto que assegura aos aposentados por incapacidade permanente, inclusive quando decorrente de acidente de trabalho, uma renda mensal correspondente a 110% do salário de benefício, acrescida de 2% por ano de contribuição do beneficiário.

"Não há uma lista de doenças que geram direito à aposentadoria por invalidez.

No entanto, o **INSS** possui uma lista com as principais causas que podem gerar a concessão de um benefício, como hanseníase, tuberculose, alienação mental, esclerose múltipla, cegueira, hepatopatia grave, cardiopatia grave e nefropatia grave", afirma o perito-médico Hugo Castro.

O especialista esclarece também o que é invalidez.

"Sob o ponto de vista estritamente médico-pericial, a invalidez pode ser conceituada como a incapacidade laborativa total, permanente ou com prazo indefinido, omniprofissional/ multiprofissional e insuscetível de recuperação ou reabilitação profissional, em consequência de doença ou acidente. Não existe, contudo, um parâmetro objetivo e específico, verificável do ponto de vista médico estrito, que permita avaliar de forma inequívoca a capacidade laboral", pontua o profissional.

O médico lembra que a pessoa que pede o benefício deverá passar por uma avaliação médica antes de decidir se um paciente está apto para o exercício de atividade profissional. Os profissionais devem levar em conta três parâmetros na avaliação de aptidão para o trabalho: risco, capacidade e tolerância.

Para ter acesso ao benefício, a pessoa precisará

passar por perícia médica no **INSS**. Sendo necessário levar documentos que comprovem o estado de saúde do trabalhador. Neste caso, será preciso solicitar um agendamento para realização da perícia médica, por meio da central 135, pelo aplicativo ou site Meu **INSS**.

Basta acessar o endereço eletrônico do **INSS**, fazer login e clicar no item 'Agende sua Perícia'.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/pdf-edfaeb7148f957a09cdb41588b7f1025.zip

Saiba como fica o consignado do INSS

Com o aumento do teto dos juros do empréstimo consignado e do cartão de crédito com desconto em folha de 1,80% para 2,14% ao mês e, de 2,70% para 3,06% ao mês, respectivamente, os aposentados e pensionistas do **INSS** que usam essas modalidades de crédito sentirão o impacto no bolso. Segundo o professor de finanças do IBMEC Bruno D'Assis, quando há variações na taxa básica de juros da Selic, o ajuste feito no teto do consignado se faz necessário.

"Se você estabelece um teto fixo, hora pode ser muito importante o conservador, hora muito permissivo. Por isso, avaliam como necessário esses ajustes constantes", explica.

De acordo com o professor, o novo teto do consignado do **INSS** está acima do que hoje é praticado pelo mercado. "Mesmo assim é útil para evitar serviços de 'agiotagem' de empresas de crédito menores que muitas vezes assediam os aposentados", indica D'Assis.

Além disso, ele acrescenta que um ponto válido de se destacar é que o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) define o teto máximo que pode ser cobrado e não a taxa efetiva a ser aplicada aos contratos.

Com o novo teto, que vão impactar nos juros para o pagamento dos empréstimos com desconto em folha, é importante avaliar se as parcelas vão caber no orçamento dos aposentados e pensionistas do **INSS**, mesmo que seja mais baixas do que as outras modalidades de crédito.

CONFIRA AS SIMULAÇÕES O professor do IBMEC fez uma simulação para uma pessoa que fizer um empréstimo nos valores de R\$1 mil e R\$ 3 mil com essa modalidade.

Com a taxa praticada atualmente (1,80%), quem faz um empréstimo de R\$ 1 mil em 24 parcelas precisa pagar prestações de R\$ 51,68. Ao final de dois anos, o valor desembolsado é de R\$ 1.240,34.

Agora, no caso dos juros a 2,14% ao mês, o beneficiário precisará pagar parcelas de R\$ 53,71, totalizando R\$ 1.289,04 no fim do empréstimo.

Se caso o financiamento for de R\$ 3 mil, serão parcelas de R\$ 155,04, no total de R\$ 3.721,02. Agora, com o aumento, as parcelas serão de R\$ 161,13, no total de R\$ 3.867,12.

Caso alguém que vá fazer empréstimo até o fim deste ano pode ser inserido no modelo que vigora na pandemia.

O prazo máximo para quitação atualmente é de 84 meses (sete anos), mas a partir de janeiro do ano que vem, voltará para 72 meses (seis anos).

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9784/10-12-2021.html>

A PEC dos Precatórios avança (Artigo)

Antonio Tuccilio

A PEC dos Precatórios é um dos assuntos mais falados do país no momento. É um promete de um lado e tira de outro bastante intenso, mas, de modo geral, sabemos que tudo isso não passa de mais um calote. A medida é a principal alternativa do governo para obter verba para o pagamento do Auxílio Brasil. Porém, especialistas alertam que isso pode virar uma "bola de neve" de cerca de R\$ 850 bilhões de precatórios não pagos.

O relatório do senador Fernando Bezerra (MDB-PE) apresentou mudanças. Uma delas envolve os precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que passam a datas fixas para pagamentos, preferência e serão escalonados em três anos. A divisão ficou em 40% para 2022 e 30% nos anos seguintes. Outro ajuste: para os professores com precatórios a receber, ao menos 60% do valor serão pagos em forma de abono salarial.

O parecer do senador Bezerra também prevê que aqueles que tenham precatórios para receber de até R\$ 600 mil não sejam atingidos pela postergação de pagamento. Se ultrapassar esse valor, terá prorrogação.

A PEC foi criada para abrir espaço no orçamento para o Auxílio Brasil. Segundo o senador Marcelo Aro (PP-MG), se a proposta de emenda à Constituição não fosse aprovada, o valor pago para os brasileiros de baixa renda não chegaria aos R\$ 400. Uma possível derrota do governo na votação reduziria esse valor mensal para R\$ 217.

É importante destacar que a parte fiscal prevista na medida é necessária, porque o teto de gastos não pode deixar de existir. Outro ponto é o aspecto social previsto na PEC. O ano de 2021 foi muito cruel com os menos favorecidos. A taxa de pessoas em insegurança alimentar nunca foi tão grande. De fato, a realidade é assustadora.

O Senado aprovou a proposta em dois turnos e agora volta para a Câmara dos Deputados para analisar o que mudou. Há no Brasil centenas de milhares de pessoas que esperam receber seus precatórios. Muitas aguardam há mais de 10,20 anos e não recebem. Muitas até morrem sem receber. São prorrogações e mais prorrogações que se arrastam

por anos. A dura realidade é que o governo (federal e estaduais) não está interessado em pagar o que deve ao povo brasileiro.

Antonio Tuccilio, Presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/12/2021/p1>

Governo estima Auxílio Brasil médio de R\$ 415 e ignora reajuste de servidor

Idiana Tomazelli

O Ministério da Economia pediu ao Congresso ajustes no Orçamento de 2022 e estimou que o benefício médio do Auxílio Brasil será de R\$ 415 no ano que vem.

As mudanças sugeridas deixam de fora qualquer previsão de reajuste para **servidores públicos**.

As alterações foram incluídas em ofício enviado na quarta-feira (8) pelo governo Jair Bolsonaro (PL) ao relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ). Ele pode ou não acatar as sugestões.

As despesas adicionais serão acomodadas no espaço de R\$ 106,1 bilhões que o governo estima com a aprovação completa da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Calote, que altera o teto de gastos - regra que limita o avanço das despesas à **inflação**- e adia o pagamento de dívidas judiciais da União - precatórios- contra as quais já não cabe recurso.

Segundo os cálculos do governo, o Auxílio Brasil precisará de um incremento de R\$ 54,6 bilhões em seu orçamento para 2022, chegando a quase R\$ 90 bilhões.

As estimativas foram feitas com a premissa de um benefício médio de R\$415 e inclusão de famílias que, em 30 de novembro de 2021, eram elegíveis ao programa, mas estavam na fila à espera de inclusão.

O governo pretende garantir um mínimo de R\$ 400 por família, mas o benefício médio é maior porque alguns beneficiários podem receber valores maiores, considerando o número de dependentes e suas idades.

O gasto também considera as linhas de pobreza -até R\$ 210 por pessoa- e extrema pobreza -até R\$ 105 por pessoa- aprovadas pelo Congresso na lei que cria o Auxílio Brasil no lugar do Bolsa Família, programa que foi marca das gestões petistas.

A proposta de mudança no Orçamento de 2022 também reserva R\$ 39 bilhões para a correção de despesas obrigatórias por causa da aceleração da **inflação**.

O governo considera que o INPC, índice que corrige benefícios sociais e aposentadorias, fechará o ano em 10%. Isso levaria o salário mínimo a R\$ 1.210 em 2022, caso haja apenas a reposição do poder de compra, sem ganho real.

O Ministério da Economia também pede a inclusão de R\$ 7,5 bilhões em despesas com saúde, dos quais R\$ 4,5 bilhões com a aquisição de vacinas, e R\$ 1,9 bilhão para bancar o Auxílio Gás a famílias carentes.

Os cálculos do Auxílio Gás consideram que o benefício, equivalente a 50% do valor do botijão, ficará em R\$ 56, pago a 5,5 milhões de famílias.

O reajuste de servidores, que vem sendo defendido por Bolsonaro, ficou de fora das revisões propostas pela Economia. Na quarta, ele havia voltado a falar em conceder reajuste em ano eleitoral.

Em entrevista à Gazeta do Povo, o presidente disse que a medida seria feita sem estourar o teto de gastos.

"Teria [que ser reajuste de] 3%, 4%, 5%, 2%... Que seja 1%. Essa é a ideia. Porque nós estamos completando aí no meu governo três anos sem reajuste. Agora, o reajuste não é para recompor toda a **inflação**, porque não temos espaço para isso", disse Bolsonaro.

Antes, o presidente dissera no Bahrein, em viagem em novembro, que pretendia usar uma parte da folga fiscal gerada pela aprovação da PEC na concessão de aumento salarial.

"A **inflação** chegou a dois dígitos. Conversei com o [ministro da Economia] Paulo Guedes, e em passando a PEC dos Precatórios, tem que ter um pequeno espaço para dar algum reajuste. Não é o que eles [servidores] merecem, mas é o que nós podemos dar." Parte da PEC foi promulgada nesta quarta, abrindo R\$ 62,2 bilhões para ampliar os gastos. Faltam ainda R\$ 43,8 bilhões que dependem de aprovação da Câmara, após mudanças no Senado e fatiamento do texto.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49755&anchor=6446935&pd=92e864f6208c01d89d50bf8aded1d7c9>

Calote na população deve ser aprovado (Artigo)

Antonio Tuccilio é presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)

A PEC dos Precatórios é um dos assuntos mais falados do país no momento. É um promete de um lado e tira de outro bastante intenso mas, de modo geral, sabemos que tudo isso não passa de mais um calote. A medida é a principal alternativa do governo para obter verba para o pagamento do Auxílio Brasil.

Porém, especialistas alertam que isso pode virar uma "bola de neve" de cerca de R\$ 850 bilhões de precatórios não pagos.

O relatório do senador Fernando Bezerra (MDB-PE) apresentou mudanças. Uma delas envolve os precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que passam a datas fixas para pagamentos, preferência e serão escalonados em três anos. A divisão ficou em 40% para 2022 e 30% nos anos seguintes. Outro ajuste: para os professores com precatórios a receber, ao menos 60% do valor serão pagos em forma de abono salarial.

O parecer do senador Bezerra também prevê que aqueles que possuam precatórios para receber de até R\$ 600 mil não sejam atingidos pela postergação de pagamento.

Se ultrapassar esse valor, terá prorrogação.

A PEC foi criada para abrir espaço no orçamento para o Auxílio Brasil. Segundo o senador Marcelo Aro (PPMG), se a Proposta de Emenda Constitucional não fosse aprovada, o valor pago para os brasileiros de baixa renda não chegaria aos R\$ 400,00. Uma possível derrota do governo na votação reduziria esse valor mensal para R\$ 217,00.

É importante destacar que a parte fiscal prevista na medida é necessária, porque o teto de gastos não pode deixar de existir. Outro ponto é o aspecto social previsto na PEC. O ano de 2021 foi muito cruel com os menos favorecidos. A taxa de pessoas em insegurança alimentar nunca foi tão grande. De fato, a realidade é assustadora.

O Senado aprovou a proposta em dois turnos e agora

volta para a Câmara dos Deputados para analisar o que mudou. Precisamos ficar atentos, recentemente anunciaram que a PEC seria promulgada de forma fatiada, ou seja, apenas alguns trechos serão promulgados e os demais pontos voltarão a serem pautados no dia 14 de dezembro.

Há no Brasil, centenas de milhares de pessoas que esperam receber seus precatórios. Muitas aguardam há mais de 10, 20 anos e não recebem. Muitas até morrem sem receber. São prorrogações e mais prorrogações que se arrastam por anos. A dura realidade é que os governos (federal e estaduais) não estão interessados em pagar o que devem ao povo brasileiro.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10727>

Fatiamento da PEC foi frustrante

raphael felice

O 1º vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), admitiu ter ficado frustrado com a promulgação da PEC dos Precatórios de forma fatiada. Segundo ele, o texto do Senado era "muito melhor" e classificou a solução encontrada para aprovar a proposta como um "arranjo" ? mas vai esperar a definição do que a Câmara vai utilizar do texto do Senado. Sobre a proposta de desoneração da folha, relatada por ele e aprovada, ontem, na Casa, o senador disse ao Correio que gostaria de incluir no texto mais do que 17 categorias que serão afetadas. Mas, devido à escassez de tempo, evitou fazer grandes mudanças para que não retornasse à Câmara e, também, para não haver o risco de o presidente Jair Bolsonaro vetá-la ? o Congresso não teria tempo hábil para votar vetos.

O senhor acha possível votar pautas importantes, como as reformas, no ano que vem, ou essas propostas serão escanteadas pelo calendário eleitoral?

A partir do momento em que você não tem uniformidade na agenda, é exatamente isso. De dois em dois anos, estamos investidos na responsabilidade de participar (das eleições), diretamente como candidatos ou indiretamente, como apoiadores. E, queiramos ou não, por mais que assim não desejemos, você recebe influências. Termina recebendo a participação por meio de opiniões e acaba por tentar evitar assuntos que, às vezes, não são os mais simpáticos.

Pode dar um exemplo?

Há alguma dúvida de que a reforma tributária seria a mais importante de todas as que poderiam ser produzidas? Não há dúvida! Mas, aí, você fica postergando, dificultando. No ano eleitoral, espero que todos os agentes políticos que estejam envolvidos possam fazer essa separação. Este é o meu mais profundo desejo. Mas, recorrentemente, o que nós observamos é que a própria disputa legitimamente suscita uma interferência, que não é das melhores.

Como avalia o PRN 04/21, sobre as emendas do relator?

O PRN que foi gestado e, no final da semana passada, aprovado ? por ter sido uma peça bem construída, bem elaborada, bem relatada pelo senador Marcelo

Castro (MDB-PI) ?, terminou convencendo sua excelência, a ministra Rosa Weber, dos propósitos do Congresso. Em nenhum instante, o que foi produzido legislativamente durante os dois últimos anos tornou-se motivo ou alvo de questionamentos ? foi só nesse instante. Não vejo como impedir que o orçamento seja público. Se eu defendo uma ajuda, uma indicação por meio de uma emenda que possa beneficiar o estado da Paraíba, o que há de ilegal nisso? Não há. Agora, que sejam identificados quem pediu, o valor, as razões pelas quais pediu e os fundamentos do pedido. De forma transparente, como tudo que é público deve ser.

Aprova o fatiamento da PEC dos Precatórios ou compartilha do mesmo desconforto de outros senadores?

Minha opinião, assim como a de outros senadores, é de que há uma frustração. Porque, sem sombra de dúvida, e sem deixar de reconhecer a qualidade da produção legislativa de cada Casa, o texto que produzimos, as correções que fizemos no processo de suavização, a segurança gerada a partir das mudanças que propusemos na semana anterior, permitiram um texto muito melhor da PEC dos Precatórios. Fizemos um esforço e conseguimos juntar companheiros que não pretendiam dar um voto favorável, mas entenderam que era melhor tornar o auxílio permanente. Estabelecemos exigências, como os 60% do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) para os professores; diminuímos o prazo para pagamento dos precatórios e incluímos outros pontos importantes.

'Que seja de 1%', diz Bolsonaro sobre reajuste para servidores

Aperto nos cofres públicos é obstáculo para recomposição de funcionalismo

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a falar ontem em conceder reajuste para os servidores em ano eleitoral. Em entrevista à Gazeta do Povo, Bolsonaro disse que isso seria feito sem estourar o teto de gastos - que agora funciona com um novo cálculo, após mudança feita pelo governo, para abrir espaço para mais gastos.

"Teria que ser (reajuste de) 3%, 4%, 5%, 2%... Que seja 1%. Essa é a ideia. Porque nós estamos completando aí no meu governo três anos sem reajuste. Agora, o reajuste não é para recompor toda a **inflação**, porque não temos espaço para isso", disse Bolsonaro.

O presidente havia sido questionado sobre "declarações interpretadas pelo mercado de forma ruim", e um dos exemplos citados foi o anúncio do possível reajuste. Em Dubai, no mês passado, Bolsonaro fez a promessa do reajuste e, na ocasião, disse que seria para todos os servidores.

Na época, contudo, havia entendimento no Planalto de que seria difícil conceder reajuste salarial para todas as categorias num patamar tão baixo quanto 1%, por exemplo. Assim, passaram a estudar patamares maiores para algumas categorias.

A pedido do presidente, os policiais não poderiam ficar de fora. Eles fazem parte da base eleitoral.

ALTERNATIVA. Após acordo fechado de véspera pelo fatiamento da proposta, a PEC dos Precatórios foi promulgada ontem pelo Congresso. O texto é a aposta do governo para pagar Auxílio Brasil de R\$ 400 para 17 milhões de famílias até dezembro.

O texto, contudo, só garante parte do espaço no orçamento para garantir uma folga de R\$ 62,2 bilhões ano que vem. Ainda faltam R\$ 48,6 bilhões que dependerão da aprovação de outra PEC nas duas Casas. Bolsonaro passou a contar com parte desses recursos para pagar o reajuste dos servidores, mas o espaço orçamentário é curto.

Bolsonaro citou que o governador do Rio, seu aliado, Claudio Castro, prometeu reajuste de cerca de 10% ao

funcionalismo estadual a partir de fevereiro do ano que vem.

"Falei com o Guedes na possibilidade de dar um reajuste.

Que reajuste é esse? Já vi o governador do Rio anunciar 10% para os servidores.

Politicamente, é bacana.

Tem eleição no ano que vem. O servidor grande parte merece isso. Agora, do nosso lado aqui, não chegaria a isso", afirmou.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16353>

Desoneração da folha por mais 2 anos vai para sanção

Renato Machado e Thiago Resende

O plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira (9) projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até dezembro de 2023.

O projeto foi aprovado de maneira simbólica pelos senadores. Como já havia recebido o aval dos deputados, segue direto para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL) -que também já se manifestou favoravelmente à proposta.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores perderia validade no dia 31 de dezembro. Por isso, o setor empresarial vinha se articulando e pressionando o Congresso Nacional para que a medida fosse prorrogada.

A proposta inicial previa a prorrogação até o fim de 2026. No entanto, durante a tramitação na Câmara, os deputados decidiram reduzir esse prazo para até o fim de 2023.

Essa data entra em consonância com o defendido por Bolsonaro, que chegou a anunciar a prorrogação da desoneração por mais dois anos.

A medida também inicialmente enfrentava resistência da equipe econômica, uma vez que afeta a arrecadação de **impostos** federais.

A desoneração da folha de pagamentos começou no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, sob o argumento de manutenção de empregos.

Em 2018, o benefício deixou de beneficiar 56 setores para contemplar 17, até o ano passado, quando Bolsonaro prorrogou a medida por mais um ano.

Atualmente, a medida beneficia companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

A medida permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o

faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a **Previdência Social** (contribuição patronal).

Isso representa uma diminuição no custo de contratação de mão de obra. Por outro lado, significa menos dinheiro para os cofres públicos.

A equipe econômica chegou a informar que a desoneração resultaria em um impacto de R\$ 8 bilhões por ano. Segundo a IFI (Instituição Fiscal Independente), esse custo seria de R\$ 6 bilhões.

A desoneração da folha foi aprovada no dia 17 de novembro pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Como a sua tramitação se deu em caráter terminativo, não houve necessidade de ser votada pelo plenário da Casa e seguiu direto para o Senado.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), então decidiu dar celeridade para a tramitação da proposta e decidiu levar direto ao plenário. Pacheco também recebeu nesta semana uma comitiva de empresários dos setores beneficiados pela medida, ocasião em que garantiu a votação da proposta nesta quinta-feira.

"É um projeto muito importante para o país, que se refere a uma forma de tributação a 17 setores cuja alta empregabilidade recomenda esse tratamento. Portanto, uma prorrogação muito desejada para a manutenção de atividades econômicas absolutamente fundamentais para a geração de emprego e de trabalho no Brasil", afirmou Pacheco após a aprovação.

O relator da medida na Casa, o vice-presidente Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), seguiu o acordo firmado durante a tramitação na Câmara e não promoveu alterações -o que resultaria na volta da proposta para a Câmara.

Veneziano, por exemplo, recusou uma emenda proposta pelo senador Esperidião Amin (PP-SC) que busca incluir as empresas do setor de fundição entre as beneficiadas pela desoneração. Carlos Portinho (PL-RJ), por sua vez, tentou sem sucesso incluir as empresas da indústria naval.

"Entendemos que após o aumento da vacinação contra a covid-19 e consequente redução de média de novos casos, o reaquecimento da economia impõe estímulos fiscais e a prorrogação (ou manutenção) dos já existentes. Assim, ressaltamos que a desoneração proposta neste projeto já consta historicamente em nosso ordenamento e, com a aprovação desta Casa, continuará a atender os mesmos setores", afirmou o relator em seu texto.

Recursos para a prorrogação da desoneração da folha foram assegurados com a promulgação nesta quarta-feira (8) da PEC dos Precatórios. Segundo assegurou o ministro Paulo Guedes, o espaço fiscal aberto pela PEC dos Precatórios será direcionado para ações como o programa Auxílio Brasil, compra de vacinas e a desoneração da folha de empresas.

Em nota, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo afirma que se trata de um "passo indispensável dar às empresas as condições necessárias para atravessar esse momento difícil não só preservando empregos, mas também com capacidade de gerar mais postos de trabalho", afirma texto assinado pelo coordenador-geral da frente, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP).

Os senadores também aprovaram nesta quinta-feira em dois turnos uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que mantém benefícios para os setores de informática, comunicação e semicondutores, excluindo-os do plano de redução gradual de incentivos tributários estabelecido na PEC Emergencial -promulgada em março.

A proposta foi aprovada no primeiro turno por 66 votos favoráveis e dois contrários. Instantes depois, voltou a receber o aval dos senadores, por 60 votos a dois. Eram necessários 49 votos em cada turno.

O texto exclui a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores dos efeitos do plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49755&anchor=6446935&pd=92e864f6208c01d89d50bf8aded1d7c9>

Desoneração da folha ganha sobrevida

Em votação simbólica, o Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 2.541/2021, que prorroga por dois anos a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O plenário manteve a íntegra do texto já aprovado pela Câmara. A matéria segue, agora, para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

Essa permissão foi introduzida há 10 anos pela Lei 12.546/2011, cuja validade termina neste mês. O projeto aprovado pelo Senado prorroga os efeitos da lei até o fim de 2023.

O PL é de autoria do deputado Efraim Filho (DEM-PB). No Senado, o relator, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), manteve a íntegra do texto, em meio a um entendimento entre os parlamentares sobre a necessidade e a urgência da prorrogação da desoneração. Ele, inclusive, rejeitou sete emendas que foram apresentadas. Caso houvesse alterações no projeto, a Câmara teria de analisá-lo novamente.

Estímulos No parecer, o relator ressaltou que, com o avanço da vacinação contra a covid-19 e a consequente redução de média de novos casos, "o reaquecimento da economia impõe estímulos fiscais e a prorrogação (ou manutenção) dos já existentes". Segundo ele, "a desoneração proposta neste projeto já consta historicamente em nosso ordenamento e, com a aprovação desta Casa, continuará a atender os mesmos setores".

O parecer diz, também, que "ainda vivemos altos índices de desemprego, subocupação e desalento". "Nesse sentido, a não prorrogação da desoneração da folha criaria óbices para a retomada de empregos", sustentou.

Vital do Rêgo defendeu que, no lugar de "medidas paliativas e temporárias", o Congresso passe a se debruçar sobre o debate de "medidas reais e permanentes" de estímulo ao emprego e à economia do país. Ele citou, entre outras ações, a necessidade de uma **reforma tributária**.

O PL 2.541/2021 foi aprovado dois dias depois de o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), receber representantes de associações de todos os setores beneficiados pela lei. Durante a reunião, os

empresários pediram que a proposta fosse aprovada ainda nesta semana, com o argumento de que a desoneração é uma política bem desenhada, que estimula o investimento e a empregabilidade. Segundo eles, o fim desse mecanismo no contexto da pandemia traria imprevisibilidade e danos ao mercado de trabalho.

Pacheco decidiu levar o projeto diretamente ao plenário, ou seja, sem a necessidade de passar por comissões. A proposta havia sido aprovada na Câmara em 17 de novembro.

Fundamentais Após a aprovação do projeto, Pacheco disse que a matéria é "muito importante para o país, que se refere a uma forma de tributação a 17 setores cuja alta empregabilidade recomenda esse tratamento". Segundo ele, "uma prorrogação muito desejada para a manutenção de atividades econômicas absolutamente fundamentais para a geração de emprego e de trabalho no Brasil".

Esta não é a primeira vez que o Legislativo aprova a prorrogação da desoneração da folha de pagamento. Em junho de 2020, os parlamentares adiaram o fim desse mecanismo, que ocorreria naquele ano, para 31 de dezembro de 2021. Bolsonaro vetou a prorrogação, mas o veto foi derrubado pelo Congresso.

Agora, diferentemente, o governo apoia a prorrogação da desoneração. A mudança de postura foi adotada com o objetivo de atrair o apoio do empresariado às mudanças no cálculo do teto de gastos, prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios.

Destravado pelo governo

O projeto de lei foi destravado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara após o governo conseguir aprovar, na Casa, a PEC dos Precatórios. Com o espaço fiscal aberto pela PEC, que também vai servir para pagar o Auxílio Brasil, o Planalto retirou a obstrução à desoneração e fechou um acordo para fazer o texto avançar.

Beneficiados

Os 17 setores beneficiados com a desoneração são os que mais geram empregos no país - oito milhões de trabalhadores no total: calçados, call center, comunicação, confecção/ vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura,

couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Alta dos juros deve conter a inflação no próximo ano, mas país pode viver recessão

Rosana Hessel

O cenário de 2022 para a economia brasileira será bastante desafiador, de acordo com os economistas que participaram, ontem, do seminário Desafios 2022: para onde vai o Brasil, organizado pelo Correio. O país caminha para uma nova recessão e as perspectivas dos especialistas para o próximo ano não são muito animadoras. Um dos motivos apontados foi a mudança no arcabouço fiscal, que colocou em dúvida o compromisso do governo em respeitar as regras existentes. As incertezas sobre a capacidade de o país crescer em um ano eleitoral ajudam a piorar as perspectivas.

O quadro de estagflação - quando não há crescimento econômico e a **inflação** e o desemprego são elevados - também não foi descartado, após a recessão técnica caracterizada pelas duas quedas consecutivas do Produto Interno Bruto (**PIB**), no segundo e no terceiro trimestres deste ano, de 0,4% e de 0,1%, respectivamente.

Especialistas reconhecem que a **inflação**, atualmente em dois dígitos, pode ceder, mas não será fácil. Pelas estimativas do Credit Suisse, a taxa básica de juros (Selic) deve subir ainda mais, podendo chegar a 12,25% no fim do ano que vem. O banco prevê queda de 0,5% no Produto Interno Bruto (**PIB**) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acima de 6%, superando o teto da meta do próximo ano, de 5%.

Ao apresentar esses números, Solange Srour, economista-chefe do Credit Suisse, demonstrou preocupação com as mudanças no teto de gastos feitas na PEC dos Precatórios e não descartou recessão no próximo ano, em meio ao cenário de deterioração fiscal. A incerteza em 2022 vai ser vivenciada sem a âncora fiscal. O teto de gastos mudou e não é mais o mesmo do passado, alertou. Para ela, 2022 será um ano de grandes desafios, com grandes incertezas e fundamentos deteriorados.

A economista destacou que, devido à inércia inflacionária, será difícil para o Banco Central entregar o custo de vida abaixo do teto da meta de 2022, de 5%, devido aos reajustes, inclusive salariais, que devem ser repassados no preço. com isso, será o segundo ano seguido de descumprimento da meta inflacionária. Vamos passar por um período

complicado, porque a **inflação** deste ano está fechando o ano entre 10% e 11% e, mesmo com a desaceleração da economia, eu não vejo a inércia retrocedendo, disse.

De acordo com Solange Srour, para reverter o quadro de baixo crescimento e de desigualdade, será preciso voltar com a agenda das reformas e de consolidação fiscal, com uma **reforma tributária** buscando eficiência, para ficar menos pessimista com o **PIB** potencial baixo. Contudo, ela reforçou que será um desafio enorme tentar fazer reformas e recuperar a âncora fiscal em um ano eleitoral.

Estagflação

A economista e consultora Zeina Latif e o estrategista da Wealth High Governance (WHG), Tony Volpon, concordaram que o país está em um cenário de estagflação.

A consultora reconheceu que haverá algum alívio na **inflação** ao longo de 2022, devido ao ciclo de aperto monetário iniciado em março passado pelo Banco Central. A política monetária, ainda que eu acredite que tenha perdido eficácia, funciona. Mas acho que o custo vai ser maior para trazer a **inflação** para baixo, disse Zeina Latif.

Segundo ela, houve descuido na gestão fiscal durante a pandemia. No Brasil, a questão da **inflação** é sempre complicada. O país tem um passado inflacionário, então, eu acho que faltou zelo na calibragem das políticas públicas. Na minha visão, muitas prioridades foram corretas, há mérito do governo na definição das prioridades, o efeito do auxílio emergencial foi muito importante. Mas acho que, de forma geral, a gente errou na calibragem, na quantidade e na forma de como foi feita, destacou Zeina Latif. Ela acrescentou que a política econômica está sendo conduzida mais pelo Congresso do que pelo governo.

De acordo com Tony Volpon, não há lugar no mundo que não terá queda no crescimento em 2022 na comparação com este ano. Contudo, ele destacou que o impulso fiscal será negativo e isso vai contribuir para o cenário de baixo crescimento. Em 2022, o ano será meio amargo, afirmou.

Volpon, porém, evitou atribuir o **PIB** fraco à política fiscal. Eu acho que a falta de crescimento nesses últimos anos é um pouco mais misteriosa do que várias pessoas falam, jogando toda a culpa na falta de disciplina fiscal. Até porque a gente teve boa disciplina fiscal, o teto funcionou por vários anos, aquela alta que a gente estava tendo de quase 6% do gasto público por ano, em termos reais, caiu para zero, afirmou Volpon. Para ele, o Banco Central errou no diagnóstico de que a **inflação** era temporária e, por conta disso, demorou a dar início ao ciclo de alta de juros, que, agora, precisa ser mais forte e vai frear a atividade. Volpon acredita que a **inflação** vai cair. Isso é muito claro, independentemente do que o Boletim Focus ou a percepção de agentes de mercados dizem, apostou.

Governo aposta no investimento do setor privado

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, ressaltou que, apesar dos desafios socioeconômicos vividos no país, houve um esforço constante na busca pela redução consistente da relação dívida/**PIB**, problema já antigo nas contas públicas do Brasil. "O Brasil foi o único país do mundo que tomou medidas para o controle do gasto público durante a pandemia", afirmou, durante o seminário Desafios 2022: Para onde vai o Brasil, promovido pelo Correio Braziliense.

O secretário apresentou dados, durante sua exposição, mostrando que o número de servidores ativos no governo federal caiu de mais de 600 mil para 586 mil funcionários, entre 2019 e 2021. Além disso, Sachsida citou a realização das reformas da Previdência, as mudanças no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a criação do novo marco fiscal, entre outras medidas que geraram economias para os cofres públicos.

Para o próximo ano, Sachsida projeta que pelo menos três indicadores da economia brasileira terão perspectivas positivas: o investimento privado, o cenário externo e o mercado de trabalho, com destaque especial para o último ponto. "Com a vacinação em massa e o retorno seguro ao trabalho, uma parcela expressiva de trabalhadores deve ingressar no mercado nos próximos 12 meses", disse.

Sachsida destacou, no entanto, que ainda há muito a melhorar. "É essencial reduzir a má alocação de recursos, aprimorar os marcos legais e avançar com as privatizações e concessões", afirmou. Ele destacou, ainda, o aumento do crédito e dos investimentos privados, paralelamente à contenção da ação do Estado na economia. "Críticas existem, mas o setor privado é tão mais eficiente que a sociedade acaba se beneficiando muito mais", disse.

O secretário ainda enfatizou a necessidade da reforma administrativa. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32) foi aprovada, em setembro, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mas ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado. A intenção do governo era de que ela fosse aprovada ainda este ano.

"É claro que eu gostaria de ter uma reforma administrativa, mas em uma democracia se avança em consensos. É melhor avançar passo a passo na direção correta do que ficar parado", defendeu. "Para consertar um país, não tem bala de prata. É você tomar passo a passo as medidas corretas por um período longo de tempo", concluiu.

Infraestrutura

O presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, observou que há um programa enorme de investimento em infraestrutura, em especial com o avanço da iniciativa privada e a melhora na regulação de saneamento. Ele criticou, no entanto, a má gestão dos recursos públicos.

"Apesar do crescimento do investimento privado, a nossa qualidade do gasto orçamentário é muito ruim. Ela prioriza o gasto de custeio e os subsídios, e, infelizmente, o país não volta a crescer, pois não há investimento público", criticou. "Não tem sido suficiente para aumentar o volume global de infraestrutura", explicou.

Na avaliação de Tadini, o Brasil está há 40 anos sem um projeto de desenvolvimento. O resultado disso, apontou, foi a queda de cerca de 5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) de investimento em infraestrutura, entre os anos 1970 e 1980, "para 1,7% do **PIB**, hoje".

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/12/4969731-alta-dos-juros-deve-conter-a-inflacao-no-proximo-ano-mas-pais-pode-viver-recessao.html>

Decreto do governo sobre orçamento secreto permite sigilo de beneficiados

ANDRÉ SHALDERS BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem um decreto com normas para dar publicidade aos pagamentos feitos por meio das chamadas emendas de relator, base do orçamento secreto, revelado em maio pelo Estadão. O mecanismo tem sido usado pelo Palácio do Planalto para enviar bilhões de reais a um grupo de parlamentares em troca de apoio no Congresso.

A medida do governo atende em parte a uma determinação do Supremo Tribunal Federal, que considerou ilegal a distribuição de recursos públicos por critérios políticos.

Pelo texto do decreto, os pedidos de verbas feitos pelos congressistas e recebidos pelo Executivo deverão ser tornados públicos na Plataforma +Brasil, que reúne informações sobre transferências de recursos do governo. Também poderão ser repassados ao público por meio de pedidos via Lei de Acesso à Informação (LAI). A avaliação de especialistas é de que a medida representa um avanço, mas ainda permite ao governo manter ocultos os nomes dos parlamentares beneficiados.

Por se tratar de ato do Executivo, não há qualquer menção sobre como deve proceder o relator do Orçamento, que é quem concentra as informações de pedidos de deputados e senadores para liberação de verbas.

"O decreto faz referência apenas ao autor da emenda, que formalmente será sempre o relator do Orçamento, e às solicitações que as justificaram, sem estabelecer o dever de divulgar a identificação do parlamentar que solicitou os recursos", afirmou o cientista político Marcelo Issa, da Transparência Partidária.

Desde maio, uma série de reportagens do Estadão vem mostrando como os recursos da União têm sido distribuídos por meio das emendas de relator sem critérios técnicos, a um grupo de parlamentares, principalmente às vésperas de votações de interesse do Palácio do Planalto. Trata-se da nova fisionomia da política do "toma lá, dá cá", usada pelo governo em troca de apoio no Congresso.

SUPREMO. O decreto é assinado por Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em nota, a pasta afirma que a medida atende a ordem do Supremo, além de recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), que também havia apontado irregularidades na distribuição de recursos a parlamentares por meio das emendas de relator.

No mês passado, a ministra Rosa Weber, do STF, suspendeu os pagamentos feitos pelo governo, mas recuou da decisão nesta semana após o Congresso aprovar projeto regulamentando as transferências. A decisão será julgada no plenário virtual da Corte entre os dias 14 e 16.

A ministra também havia ordenado que o governo desse "ampla publicidade" aos ofícios encaminhados por parlamentares em 2020 e 2021 para alocação dos recursos em seus redutos eleitorais. Para isso, ela exigiu a publicação de todos os pedidos "em plataforma centralizada de acesso público".

O texto publicado por Bolsonaro e Guedes, no entanto, prevê que cada ministério dê publicidade aos documentos relacionados às liberações, de forma descentralizada, e ainda permite a continuidade dos pagamentos mesmo antes da publicação das informações.

"Essa me parece ser uma tentativa de dar um cumprimento à decisão (do STF), mas burlando valores centrais **impostos** ao governo. Não se trata apenas de ter os dados públicos, mas de ter transparência", disse Rubens Glezer, professor de Direito Constitucional da FGV.

Principais pontos

I Pedidos

As solicitações de políticos para destinação de verbas recebidas pelo Poder Executivo serão divulgadas em sites de livre acesso dos respectivos Ministérios e na Plataforma +Brasil.

I Lista

O Ministério da Economia publicará a lista de links de páginas das demais pastas onde as informações podem ser obtidas.

I LAI

Os cidadãos poderão pedir informações por meio da Lei de Acesso à Informação, que tem prazo de até 30 dias para ser respondidos.

I Ministros

O decreto faculta aos ministros responsáveis por executar as emendas RP-9 pedir mais informações ao relator- geral sobre as verbas em suas pastas. Essas informações deverão ser divulgadas.

I Executados

Nos pedidos sobre os exercícios de 2020 e 2021, o texto dá prazo de três meses para que sejam tornados públicos.

Novas solicitações também terão de ser publicadas até o décimo dia do mês seguinte.

"Doeu ver um colega preso", afirma Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que "doeu ver um colega preso", numa referência velada ao deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), detido após ataque ao Supremo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Luís Roberto Barroso, presidente do TSE

"Previsões para 2022? Minha bola de cristal anda um pouco embaçada e ela, normalmente, enxerga melhor para trás. Mas nós vamos ter, certamente, um ano eleitoral. Penso que nós conseguimos - não sem algum esforço - preservar a integridade e a credibilidade do sistema que vigora desde 1996, sem nenhum evento que registrasse qualquer tipo de fraude, de modo que vamos ter, em 2022, eleições livres, limpas e seguras.

A grande preocupação do Tribunal Superior Eleitoral vem sendo o enfrentamento à desinformação, ao uso das mídias sociais para difundir ódio, mentiras e ataques à democracia. Todos nós sabemos que há uma grande polarização no mundo em geral, não é um privilégio brasileiro.

Eu sempre gosto de lembrar, no entanto, que a polarização sempre existiu, desde o início da democracia. Nas eleições americanas, logo no início, já havia uma divisão entre os federalistas do John Adams e os republicanos do Thomas Jefferson. Depois da Revolução Francesa, a Assembleia Nacional Francesa já era dividida em esquerda e direita. A minha geração e a de muitos que estão aqui foi marcada pela dualidade entre socialismo e economias planejadas, e capitalismo e economias de mercado, de modo que a diversidade de pontos de vista e de pontos de observação da vida faz parte do mundo, faz parte da democracia. O que é importante é que a divergência seja absorvida de maneira institucional e civilizada.

A democracia não é o regime político do consenso, mas, sim, aquele em que pessoas têm respeito e consideração pelas outras mesmo na divergência e, portanto, nós esperamos uma campanha eleitoral em que as pessoas coloquem suas ideias na mesa, os seus projetos de país, em lugar de se atacar umas às outras. Eu sempre gosto de lembrar que uma causa que precise de ódio, que precise de mentira, que precise de agressões, não pode ser uma causa boa.

Agenda comum Mas, apesar de todas essas polarizações, o país precisa de uma agenda comum. O país precisa de pontos de consenso, uma agenda suprapartidária, uma agenda patriótica. Eu proponho três pactos para essa agenda. O primeiro, um pacto de integridade, com apenas duas regras: no espaço público, não desviar dinheiro; no espaço privado, não passar as pessoas para trás - essa vai ser a grande revolução brasileira.

O segundo pacto é um pacto de responsabilidade. Responsabilidade, em primeiro lugar, fiscal, porque foi o descontrole nas contas públicas que nos trouxe a este quadro que nós estamos vivendo, de **inflação**, desemprego, desinvestimento e juros altos. O segundo pacto também é um pacto de responsabilidade econômica. O país precisa voltar a crescer para ter renda para distribuir, o **PIB** brasileiro vem caindo nos últimos anos, um país que ainda tem tanto o que fazer, e para esse pacto de responsabilidade econômica nós temos de diminuir o estado econômico e o estado administrativo brasileiro com seus milhares de cargos em comissão, com as suas desonerações equivocadas e os financiamentos, as causas que não são as maiores de interesse público.

Por fim, um pacto de responsabilidade social. Nós precisamos enfrentar a pobreza extrema, a fome voltou a rondar o país, a desigualdade é uma mácula na história brasileira e, portanto, nós precisamos de um sistema tributário mais justo, precisamos de serviços públicos de mais qualidade, precisamos de redes de proteção social.

E o terceiro e último pacto, que eu acho indispensável no Brasil, é um pacto pela educação básica, porque é a deficiência na educação básica que nos atrasou na história, além de fazer vidas menos iluminadas, trabalhadores menos produtivos, elites menos preparadas. Educação básica deve estar na agenda, no topo da agenda prioritária do país. O ministro da Educação tem de estar todos os dias na televisão dizendo o que ele está fazendo, premiando as melhores escolas, exaltando os bons professores. Para virarmos o jogo no Brasil precisamos da educação básica.

O que eu tenho certeza para 2022 é que a democracia brasileira resistiu a todos os vendavais. Nós já superamos os ciclos do atraso. Temos uma democracia sólida e robusta e, no dia 1º de janeiro de 2023, tomará posse um presidente eleito democraticamente, que eu desejo que empurre a história na direção certa."

Sergio Moro, ex-ministro da Justiça e ex-juiz

"Hoje (ontem) é o Dia Internacional do Combate à Corrupção. Um dia para lembrar de tudo que a gente evoluiu no passado no combate à corrupção, especialmente no caso do mensalão e da Operação Lava-Jato. E também pensar esses reveses que nós estamos sofrendo no momento, de leis sendo

alteradas para dificultar o combate à corrupção, de tribunais anulando condenações de criminosos por motivos meramente formais.

O país não vai avançar se nós não enfrentarmos o desafio da corrupção. A corrupção acaba impactando a eficiência do governo: não tem como você ser um governo eficiente e competente se é altamente corrupto. Do outro lado, a corrupção também afeta a produtividade do setor privado, gera aquilo que nós chamamos de capitalismo de compadrio.

É hora de nós retomarmos essa agenda do combate à corrupção. Claro que emprego, renda, combate às desigualdades, tudo isso é fundamental. Mas a gente não pode deixar essa bandeira do combate à impunidade e do combate à corrupção para trás. Podemos, sim, ir adiante fazendo mais de uma coisa ao mesmo tempo. E vocês podem ter certeza de que trabalhar por uma boa causa vai favorecer o trabalho para as demais."

João Doria, governador do estado de São Paulo

"Quero cumprimentar o Correio Braziliense, os jornalistas, os editores, que estão promovendo este importante debate, debate em que a gente discute o Brasil de hoje, o Brasil de amanhã e o Brasil do futuro.

Um Brasil que precisa reduzir a dimensão da pobreza, precisa gerar empregos, precisa proteger a saúde da sua população, precisa respeitar o meio ambiente e retomar o seu crescimento econômico.

Parabéns ao Correio Braziliense, sempre à frente das causas e dos temas que podem mover o Brasil e podem resgatar a esperança e a fé dos brasileiros."

Senado tira do teto de estados despesas com emendas

Renato Machado

O plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira (9) um projeto de lei complementar que retira do teto dos gastos dos estados as despesas com emendas parlamentares e as transferências da União.

A proposta foi aprovada por 56 a 7. Como se trata de um projeto de lei complementar, eram necessários 41 votos. O projeto agora segue para a sanção de Bolsonaro.

O objetivo da proposta é promover um alívio para as finanças estaduais.

"Caros colegas, não se pode desconhecer as dificuldades acumuladas pelos entes federados ao cabo de uma década inteira de baixo crescimento econômico, tampouco devemos esquecer os terríveis impactos que a pandemia de Covid-19 impingiu à gestão pública e que foram notados em todos os cantos do nosso país. A soma desses fatores faz com que estejamos falando de um momento especialmente tormentoso para todos os governos dos mais diversos matizes ideológicos ou posições políticas", afirmou o relator da proposta, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

A proposta aprovada altera a lei complementar, sancionada em 2016, que criou o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e criou medidas ao reequilíbrio fiscal de entes federados. Essa legislação contém dispositivos que limitam o crescimento anual das despesas primárias à variação do IPCA (índice oficial de **inflação**).

O projeto retira dessas limitações as despesas custeadas por recursos de transferências da União com aplicações vinculadas, como transferências fundo a fundo, a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), salário-educação, Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), Lei Pelé e outras. Também retira da base de cálculo despesas com emendas parlamentares.

Também nesta quinta-feira, os senadores aprovaram de maneira simbólica proposta que suspende até o fim deste ano a validade de concursos públicos homologados antes da pandemia, até março do ano passado-quando foi decretado estado de calamidade

pública no Brasil.

A previsão inicial é que a suspensão do prazo de validade valeria até dezembro do ano passado, com o fim do estado de calamidade.

O novo projeto, na prática, prevê que os prazos de validade dos concursos passem a contar apenas a partir do início de 2022.

O projeto também segue para a sanção de Jair Bolsonaro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49755&anchor=6446935&pd=92e864f6208c01d89d50bf8aded1d7c9>

Sem leniência (Editorial)

Com um **comunicado** incisivo, o Banco Central subiu novamente a taxa básica de juros em 1,5 ponto percentual, para 9,25% ao ano. A preocupação com os repetidos ataques às contas públicas e a renitente tendência altista das expectativas de **inflação** foram as justificativas, mesmo num contexto de clara desaceleração econômica.

A contundência da autoridade monetária não pode ser considerada extemporânea, pois o quadro de fato é preocupante. As projeções para o IPCA chegam a 10,2% neste ano e 4,7% em 2022, muito acima da meta de 3,5% -o cenário utilizado pelo BC considera que a taxa Selic subirá até 11,75%, caindo a 11,25% no final do próximo ano.

Mesmo que não se chegue a tanto, já está configurado o maior aperto monetário em mais de duas décadas, considerando a variação em pontos percentuais, o que reforça os riscos recessivos adiante.

Os sinais de piora na atividade já são evidentes. No terceiro trimestre, o Produto Interno Bruto caiu 0,1%, e as expectativas mais comuns entre analistas de mercado já apontam para crescimento abaixo de 1% em 2022, o que não exclui projeções de retração.

Diante da absoluta incúria do governo Jair Bolsonaro, que patrocina uma farra com dinheiro público com objetivos eleitorais, o país se vê com poucos instrumentos para conter as pressões de preços e retorna aos juros escorchantes.

A piora na gestão do Orçamento, resultante da aprovação da proposta de emenda constitucional que altera o teto de gastos e dá um calote nas dívidas judiciais, é o que eleva as expectativas de **inflação**.

Com mecanismos de indexação operantes como sempre, os repasses aos preços tendem a ser rápidos e persistentes, dificultando a tarefa de trazer o IPC Ade volta à meta.

Há atenuantes, por certo. Nas últimas semanas houve queda das cotações de commodities. O índice de preços no atacado recuou 0,6% em novembro, e tal dinâmica poderá em breve chegar ao varejo.

Outros fatores são a desaceleração da demanda, que poderá conter altas nos serviços e outros itens. Por fim, há possibilidade de algum arrefecimento em combustíveis e energia, dois vilões no ano.

São sinais incipientes de que o BC poderá em breve retomar o controle da **inflação**, o que recomenda cautela nas próximas **deliberações**. Com a Selic próxima dos dois dígitos, menos dinamismo interno e possível acomodação global da demanda por matérias-primas e bens de consumo, é preciso dar mais peso à letargia da atividade.

Ancorar as expectativas em torno das metas é fundamental, mas a esta altura também se mostra relevante considerar os impactos da desaceleração do crescimento econômico na evolução dos preços.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49755&anchor=6446942>

Aumento da Selic afeta FGTS, poupança e financiamento

Com a elevação da taxa básica de juros, a Selic, anunciada na última quarta-feira pelo Banco Central, de 7,75% para 9,25% ao ano, o cálculo do rendimento da poupança volta para a regra antiga.

A nova taxa básica também afeta financiamentos imobiliários e a correção do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Taxa Referencial Isso acontece porque a Taxa Referencial (TR), que estava zerada, vai subir com o aumento da taxa Selic.

A TR é calculada pelo Banco Central a partir dos juros das Letras do Tesouro Nacional (LTN), que variam seguindo a Selic.

A Taxa Referencial é usada como indexador para a correção das aplicações da caderneta de poupança, das prestações dos empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No caso do FGTS, a correção do saldo é a TR mais 3%. E nos empréstimos para a compra da casa própria, a taxa corrige as prestações.

Segundo o diretor Executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Associação Nacional de Executivos (Ane-fac), Miguel José Ribeiro de Oliveira, a estimativa é que a TR fique em torno de 0,05%. Oliveira lembrou que quando a Selic estava em 9,25% ao ano, em julho de 2017, a TR chegou a 0,0623%. Mas só será possível conhecer a nova taxa quando o Banco Central divulgar o cálculo mensal da TR referente a dezembro.

"A TR não vai subir para um patamar que inviabilize o pagamento das prestações do financiamento imobiliário porque estará em um percentual baixo", disse.

Poupança De acordo com a legislação, quanto a Selic é igual ou inferior a 8,5% ao ano, a remuneração dos depósitos de poupança é composta pela TR mais 70% da taxa Selic mensalizada.

Com a Selic acima de 8,5% ao ano, a poupança volta a render TR mais 0,5% ao mês (6,17% ao ano).

Segundo simulação da Anefac, com uma aplicação no valor de R\$ 10 mil pelo prazo de 12 meses, o investidor acumula rendimento de R\$ 680, totalizando R\$ 10.680 ao final desse período.

De acordo com a Anefac, a poupança ganha em rendimentos dos fundos de renda fixa, principalmente nas aplicações de baixo valor, porque há cobrança de taxas de administração mais altas. Nos investimentos em poupança, não há cobrança de taxa de administração.

"Assim, a caderneta de poupançavai continuar sendo uma excelente opção de investimento, principalmente sobre os fundos cujas taxas de administração sejam superiores a 1% ao ano", explica a Anefac.

Inflação Apesar do aumento do rendimento, a poupança ainda perde para a **inflação**. A expectativa de analistas de mercado é que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IP-CA) fique acima 10%.

Mas não é só a poupança que perde para a **inflação**. "Com **inflação** acima de 10% no ano, todos os investimentos de renda fixa, variável, poupança, CDB perdem para **inflação**. Mas o Banco Central sinalizou que vai continuar subindo a Selic. À medida que as taxas vão subindo, os investimentos tendem a voltar a ganhar da **inflação**", disse Oliveira.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_EE4DC41D6F99540DC251FFE8BD54AA4F2D4C050958CCBF12C8A452FA1548CA50D0462ECBC6C464F25BF243C0273DC0B9778A4A09148FE042E29C6EBC10E4B6015CC5A934442697E7B8330AA3196FABB37EDEECA25DBB8C31EA718DDB057066B8BD73B692E990B8BDCCA57B0CB99DB8BA5E52ED387280F3FA598A09

Inflação com juros (Editorial)

Após elevar a taxa básica de juros para 9,25%, o Comitê de Política Monetária (Copom) prometeu que o arrocho vai continuar e que, na primeira reunião de 2022, deve elevar a Selic em mais um ponto percentual para segurar a **inflação**.

Uma solução ortodoxa que impacta severamente os investimentos produtivos e a geração de emprego no momento em que crescem as dúvidas sobre a rapidez da recuperação econômica.

A Pesquisa Mensal do Comércio, realizada pelo IBGE, está com três quedas seguidas na movimentação do setor, que encolheu 7,1% nos últimos 12 meses. Ao mesmo tempo, a produção industrial acumula recuo de 7,8% em igual período, enquanto as dívidas se acumulam com taxas de crédito cada vez mais elevadas. De acordo com o Sebrae, mais de 440 mil micro, pequenas e médias empresas no país acumulam um débito de cerca de R\$ 35 bilhões.

Do ponto de vista dos consumidores, a situação não é melhor. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a taxa de endividamento das famílias chegou a 74,6% em novembro. Desse total, 25,6% não conseguem mais quitar todas as suas obrigações financeiras.

Além disso, a fórmula do aumento de juros para conter a **inflação** não tem surtido efeito com a velocidade necessária. O IPCA acumulado dos últimos 12 meses passa de 10%. Em março, quando a Selic começou a subir, o índice mensal era de 0,93%. Em outubro, a **inflação** medida pelo IBGE chegou a 1,25%.

Trata-se de uma dupla penalização de empresas e consumidores, que arcam com o ônus do crédito caro e de preços dos produtos nas alturas. Essa é a receita do desaquecimento prolongado da economia e, conseqüentemente, do agravamento do perigo do desemprego.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16353>